

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a")

R\$

1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1+2+3)	195.842.481,19	0,00
1 – Pessoal Ativo	145.104.564,67	0,00
2 – Pessoal Inativo e Pensionistas	50.737.916,52	0,00
3 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II = 4+5+6+7)	64.942.058,07	0,00
4- Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.108.271,05	0,00
5 – Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
6 – Despesas de Exercícios Anteriores	12.906.326,01	0,00
7 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	45.927.461,01	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	130.900.423,12	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		130.900.423,12
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		8.005.700.615,63
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100		1,64%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art, 20 da LRF) - 2%		160.114.012,31
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art, 22 da LRF) – 1,90%		152.108.311,70

Fonte: Siafe/PI 2017. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças. Data de emissão: 02/02/2018. Hora de emissão: 11:25

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Martha Celina de Oliveira Nunes
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

Téssio Rauff de Carvalho Moura
Controlador Interno

Denis Rodrigues de Lima
Coordenador de Contabilidade e Finanças